

---

# DOSSIÊ TEIAS

## MODELOS EDUCATIVOS, FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

José Gondra<sup>(\*)</sup>  
Maria de Lourdes da Silva<sup>(\*\*)</sup>

Tem se tornado lugar comum mencionar o inegável crescimento do campo da história da educação nos últimos vinte anos, sobretudo no que diz respeito à atividade de pesquisa responsável, em última instância, por este crescimento vertiginoso<sup>1</sup>. Também se tem enfatizado a amplitude das abordagens e das temáticas compreendendo-se as inúmeras possibilidades ao alcance do historiador da educação, obrigando-o a adentrar nos domínios encampados por dois campos do conhecimento, quais sejam, a educação e a história. Na rica produção do presente vê-se o amadurecimento destas iniciativas através da diversidade temática, das problematizações tornadas possíveis, das proposições teóricas que circulam no âmbito história da educação, da adoção de tratamentos metodológicos exequíveis em função dos parâmetros expostos – exercícios de experimentação típicos de um campo em expansão. A história da educação vem aqui, por estes textos e seus autores, oferecer uma amostra adicional dos meios e modos de como se tem composto peças de uma coleção.

O presente dossiê oferta aos leitores da *Revista Teias* um conjunto de textos que capturam diferenciados processos de formação de professores e adoção customizada de modelos educativos a partir de suas experiências no campo da história da educação na Argentina, em Portugal e no Brasil. Os distintos textos contemplados neste dossiê apresentam argutas análises das alterações pertinentes à marcha dos eventos postos sob foco e dados a ver no detalhe das tensões trazidas à luz

---

<sup>(\*)</sup> Professor de História da Educação na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pesquisador do CNPq e da FAPERJ. *E-mail*: gondra.uerj@gmail.com.

<sup>(\*\*)</sup> Professora de História da Educação na UERJ. *E-mail*: lullua2@yahoo.com.br.

<sup>1</sup> A respeito dos vários investimentos nessa direção, cf. GONDRA, José. (Org.). *Pesquisa em história da educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005; FONSECA, Thais Nívia de Lima. História da Educação e História Cultural. In: VEIGA, Cynthia Greive; FONSECA, Thais Nívia de Lima. (Orgs.). *História e historiografia da educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008; WARDE, Mirian. Brincando nos campos do senhor: anotações para uma história da formação de professores e do ensino na história da educação no Brasil. In: CARVALHO, Marta; GATTI JR, Décio. *O ensino de história da educação*. Vitória: Edufes, 2011; e WARDE, Mirian. Pesquisa e ensino de história da educação: algumas críticas. In: GONDRA, José; SILVA, José Cláudio S. (Orgs.). *História da educação na América Latina: ensinar e escrever*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2011.

---

pelas pesquisas das quais são, por ora, resultados. Diz-se por ora não porque estejam incompletos – há inteireza e completude em suas lógicas internas –, mas porque é justamente a provisoriedade o meio no qual se locomove o artífice da história, isto é, entre o interminável da reflexão e a exigência do ponto final. Em outros termos, o provisório se configura em marca do ingresso no dispositivo da escrita de modo que o historiador não se constitua em um poço de ciência insondável, sem nunca darem água, como assinalado por Lucien Febvre<sup>2</sup>.

Relativos aos procedimentos a interferir na orientação do comportamento do mercado editorial, aos modos como os professores manifestaram intenções corporativas frente às conjunturas onde se inseriram, a relatos biográficos de experiências profissionais e pessoais – no limite, imbricadas –, os artigos conduzem seus leitores pelos meandros das circunstâncias que, ao fim e ao cabo, mobilizaram propósitos, processaram ações, articularam, realizaram, deram curso à vida e motivações à história.

Oferecemos, portanto, uma amostra da *artesanía* operadora neste presente correlativamente ao passado eleito – ação reconhecidamente produzida neste tempo como resultado de escolhas deliberadas pautadas no entendimento de sua composição como derivativo de uma construção historiadora atinente aos posicionamentos eleitos, assumidos e enfrentados pelos autores. É necessário enfatizar a compreensão presente do passado aqui buscado? – Na medida em que a narrativa articulada na autoria se mostra equipada dos recursos que a torna dizível e bem-dita, não. Mas nunca é demais observar que a presença desse traço não dispensa enfoque dos recursos teóricos que ensejam essas *dizibilidades*<sup>3</sup>.

Seguindo essa proposta, os textos foram organizados segundo dois eixos temáticos para efeito de coesão interna. No primeiro, diferentes formas educativas são perscrutadas envolvendo interesses corporativos e associativos, investimentos disciplinares institucionais com a intenção de promover educação formal em diferentes espaços para diferentes grupos sociais estão contemplados nos textos de Adrián Ascolani, Marcelo Gomes da Silva, Ana Luiza Jesus da Costa, Graciane Daniela Sebrão e Jailton Alves de Oliveira e Margarida Louro Felgueiras. Eles constituem em conjunto breve inventário sobre como a escola das massas e para as massas são pensadas na interlocução destas com os distintos gestores e agentes da variada malha educacional estatal, formal e não formal. No segundo, foram concentrados os trabalhos cujo foco associa recursos tecnológicos aos projetos políticos governamentais, dando a ver práticas políticas de setores da sociedade

---

<sup>2</sup> *Apud* MARROU, Henri-Irinée. *Do conhecimento histórico*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1975.

<sup>3</sup> ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval. Um leque que respira: a questão do objeto em história. In: ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval. *História – A arte de inventar o passado*. Bauru: Edusc, 2007, p. 151.

---

relativas às estratégias normativas de controle social. Neste aspecto, é importante a contribuição dos textos acerca da relação entre experiências pessoais e o estabelecimento de modelos educativos instaurados.

Completa o corpo deste dossiê a resenha “Ensino e escrita da história da educação na América Latina: perspectivas historiográficas e contingenciamentos enfrentados pelo campo disciplinar”, de Roni Cleber Dias de Menezes sobre o livro *História da educação na América Latina: ensinar e escrever*, organizado pelos professores José G. Gondra e José Cláudio Sooma da Silva, enfatizando o “esforço notável em repensar e reavaliar os significados ou universos de sentido que a escrita e o ensino da história da educação assumem em alguns países da região” (p. 1); e a entrevista com a professora Eliane Marta Teixeira Lopes, intitulada “A palavra escreve”. Delicado texto, “feito aos soluços” como ela mesma afirma, revela uma narrativa poética e amena somente possível a quem deixa seu registro pessoal na história institucional deste campo disciplinar. Uma contribuição sem paralelo. Abreviemos, assim, a contribuição de cada um dos textos da coleção.

Adrian Ascolani, em seu texto “La escuela primaria rural en Argentina. Expansión, orientaciones y dificultades (1916-1932)”, analisa o impulso que a escola rural primária argentina, notadamente a da região produtora de cereal, teve no período observado e anuncia a força da ação e da iniciativa comunal como determinantes nos encaminhamentos e posturas políticas a respeito das deliberações das escolas agrícolas nas províncias argentinas. Destaca tratar-se de um momento no qual se consolida determinada estrutura social agrária, cuja sobrevivência ele contabiliza em cinco décadas. Voltada à constituição de saberes úteis à vida cotidiana, o projeto das escolas rurais toma como vetor o ensino de técnicas agropecuaristas e de fabricação de pães e laticínios. Essa escola rural de novo tipo, inspirada no que havia no Canadá e nos Estados Unidos, de Dewey, buscava desenvolvimento harmônico entre intelecto, destreza manual e capacidades naturais e espirituais. O autor traz evidências do indubitável investimento do Estado, das agremiações de agricultores, e das famílias – que já percebiam a escola como direito. Apesar disso, as mudanças políticas impedem a efetividade das transformações culturais e produtivas disparadas pelos governos anteriores.

Marcelo Gomes da Silva, em seu texto “Além da ‘ação isolada’ e do ‘esforço individual’: os debates acerca do associativismo docente mineiro no início do século XX”, oferece uma análise em torno do debate que envolveu a questão do associativismo docente em Minas Gerais no início do século XX. O autor entende a necessidade de união e organização corporativa daquele professorado como expressão do amadurecimento e conformação daquela categoria profissional. A percepção obtida pelos professores de que precisavam se unir é entendida como parte de um processo de

---

maturação advindo das experiências desses sujeitos. Utilizou-se de fontes que permitem captar indícios da formulação de um discurso que pregava a união do magistério como forma de resistência como os relatórios dos inspetores de ensino da cidade de Juiz de Fora e manifestos da categoria publicados nos diários locais, por exemplo.

Ana Luiza Jesus da Costa em “As escolas noturnas da corte e a formação do trabalhador: educação e controle social na sociedade oitocentista” investiga a formação de trabalhadores urbanos numa escola noturna da corte imperial. Concebendo a “escola moderna” no projeto civilizador das elites da corte em fins do oitocentos, destaca o mecanismo disciplinar que submete a população escolar sob o primado do direito à educação. A autora demonstra como as escolas noturnas de instrução primária da corte deram sua contribuição aos padrões sociais de conduta moral. Afirma a autora que a moralidade vigente, opondo razão à força conforma a matriz que sustenta a oposição operário-delinquente. Utilizando como fonte a rica produção da imprensa de fins do século XIX – inclusive pedagógica – lugar privilegiado de disseminação do discurso das elites, a autora projeta-se a organizar, a partir desse mesmo conjunto documental, uma história das classes trabalhadoras.

Em “Vadiagem, Crime e Civilização: a casa de detenção da corte como espaço educativo para civilizar os ‘vadios’ na cidade imperial”, Graciane D. Sebrão e Jailton A. de Oliveira discutem o papel educativo exercido pela casa de detenção da corte imperial durante a década de oitenta dos oitocentos. Desenham as representações da modernidade instauradas na cidade-corte ao longo do referido século e os esforços para cumprir metas de enquadramento naqueles requisitos. Nesse sentido, os códigos de posturas e criminais instituídos no seu decurso evidenciam os investimentos das elites na formulação de uma nova ordem para a cidade voltada à valorização do trabalho e da disciplina. Articulado a esse projeto, os que diferiam/resistiam deveriam ser subtraídos dos espaços públicos urbanos em nome dos fins civilizacionais projetados. A casa de detenção cumpriria, assim, função preventiva aos crimes, às contravenções, à vadiagem por meio do recolhimento prisional. Segundo os autores, ela estaria menos empenhada em regenerar os presos do que em ajustá-los às normas disciplinares e do trabalho.

O texto da professora Margarida Louro Felgueiras, “A matriz culturalista do ensino universitário da história da educação em Portugal – o magistério de Joaquim de Carvalho”, pode encontrar abrigo nos dois eixos temáticos deste dossiê e, por isso, ele faz aqui a transição entre eles mostrando uma dimensão das interfaces do campo investigativo em consonância com a dinâmica da realidade e os recursos teórico-metodológicos que arbitram sua apreensão. Trabalho de fôlego que recobre as seis primeiras décadas do século XX, a autora recupera a formação tanto da disciplina história da educação como a emergência do seu campo de investigação na Universidade de Coimbra

---

e na Faculdade de Letras do Porto, tomando como referência o trabalho docente do professor Joaquim de Carvalho. A partir da legislação de 1901, que regulamenta o *Curso de habilitação para o Magistério Secundário*, a autora busca recuperar o intrincado percurso que desemboca na conformação do curso de história da educação desde os liceus à universidade e de como a tradição filosófica define a constituição da história da educação em Portugal.

Em “A docência de Delfim Santos em história da educação”, Teresa Santos marca o início da discussão acerca do uso dos manuais pedagógicos a partir da reforma pombalina, cuja orientação de substituir textos didáticos por manuais denota intenção de impedir a continuidade da operação pedagógica jesuítica. Ao localizar a deflagração do debate em torno dos manuais no século XVIII, observa desde lá a interface política que envolve a editoração de livros com “formação da identidade pessoal e leitura da realidade” (p. 2). Esse é o postulado que deflagra a motivação da autora de investigar o manual de Delfim Santos, perpassado pelo recobro da crítica de Rogério Fernandes, aluno desse professor, que classifica o manual como “discurso pedagógico”, considerando a tipologia por ele desenvolvida sobre os discursos criados pelos portugueses a respeito da história da educação. Embora concorde com Fernandes, que o referido manual esteja alicerçado na filosofia fenomenológica delineando mais uma representação utópica do que a concretude dos eventos, a autora enfatiza a qualidade do trabalho docente de Delfim Santos expressa pelos diferentes perfis de professores e alunos.

José G. Gondra e Paulo Rogério M. Sily, em “Narrativas da história e representações do Estado: um estudo do caso Stephen Duggan (1870-1950)”, analisam como o autor americano se esmera no estudo dos projetos educacionais de distintas nações mundiais no início do século passado com o intuito de reafirmar o modelo educacional de seu país como o mais adequado às propostas de um mundo pautado no modelo político e econômico liberal. Segundo os autores, Duggan se lança à discussão de como cada sociedade equaliza a questão da liberdade individual frente à estabilidade social. Preocupado com a crise das sociedades liberais de seu tempo, o autor deste manual enfrenta a tarefa de entender como diferentes povos, do Oriente ao Ocidente, em diferentes tempos e estágios de desenvolvimento deliberam sobre o papel do Estado e da educação considerando a preparação dos indivíduos. Os autores demonstram como o professor oferece suporte à tese da permeabilidade dos sistemas educacionais frente aos projetos políticos das nações. Essa sensibilidade do aparelho estatal desenvolvida em função das demandas sociais na intenção da preparação de sociedades harmônicas passa necessariamente pela formação dos homens, sendo que, para ele, o melhor modelo poderia ser observado no exemplo da chamada *Nova Inglaterra*.

---

Marcia Cabral e Tamires Paiva em “Noções de história da educação: ‘Modesta Flor’ em coleção para professores” trazem nova luz às já abundantes considerações a respeito do primeiro manual brasileiro de história da educação, *Noções de História da Educação*, de Júlio Afrânio Peixoto. Nesse novo empreendimento acerca do livro do professor Afrânio, as autoras procuram recuperar seu lugar na coleção onde fora editado, a *Atualidades Pedagógicas*, da Companhia Editora Nacional. Desse modo, destacam a correlação de força da qual o manual resulta como expressão do desejo político de grupos específicos pelos quais o autor circulava e cujos pertencimentos são destacados através de sua trajetória intelectual. Como condição apriorística de observação, consideram-no um *best-seller* e a partir deste registro investem na investigação de suas marcas editoriais. Nesse sentido, destacam as marcas do movimento educacional a partir do qual se constitui, observando o empreendimento editorial, cuja finalidade é apresentar lições para ensinar e aprender.

No texto “Cândido Madureira, o abade de Arcozelo: uma história acerca dos métodos de leitura e escrita em Portugal (1891)”, intrigada com o apagamento do manual *Alfabeto Natural* do referido abade, cuja sua primeira edição data de 1876, pela historiografia portuguesa e brasileira, Inara Garcia indaga sobre as razões para tal ocorrência investigando como, apesar de ter sido extensivamente exaltado pelos biógrafos e pela imprensa da segunda metade do XIX, ele foi esquecido enquanto outro manual, a *Cartilha Maternal* de João de Deus, era adotado oficialmente em prejuízo daquele e outros manuais. Suas hipóteses, dialogicamente apresentadas ao longo do texto, apontam os interesses do mercado editorial assim como as contendas ou associações políticas como vetores coligados por relações de poder na matriz dos encaminhamentos em cuja dinâmica decorre o abandono da cartilha do abade de Arcozelo. As disputas sob exame problematizam o lugar da análise didático-pedagógica do recurso escolar como ferramenta a partir da qual se delibera adoção e rechaço de determinado instrumento pedagógico.

Como se pode notar, o conjunto dos textos reunidos procura observar o aparecimento de diferentes formas educativas e das tecnologias a elas associadas e, ao mesmo tempo, o modo como esta complexa experiência vem sendo convertida em história que tem como destinatários privilegiados os futuros professores. Para tanto, o dossiê reúne e remete às experiências de três países do mundo ibero-americano (Argentina, Brasil e Portugal), de modo a examinar formas educativas destinadas ao universo rural e prisional. Ao lado disto, procuramos observar como diferentes aspectos do processo educativo foram inscritos em um tipo específico de livro, os de história da educação voltados para a formação de professores. Por fim, procuramos visibilizar como os professores enfrentaram a tarefa que lhes era apresentada e o modo como o livro, em especial o

---

de leitura ou cartilhas, prestou-se e também foi disputado e legitimado por autores, editoras, mercado e aparato escolar.

Temos, portanto, uma coleção de textos ou um pequeno arquivo que se associa à vigorosa e diversa produção do campo, cabendo convidar os leitores ao diálogo e incitá-los a agregarem sua palavra e posições aos debates sugeridos neste dossiê.